

A COMUNIDADE NACIONAL E O PAPEL DO PATRIMÓNIO MONUMENTAL NA ESCRITA DAS SUAS NARRATIVAS:

O EXEMPLO PORTUGUÊS
DE ALEXANDRE HERCULANO

FERNANDO MAGALHÃES, ESECS/CICS.NOVA.IPLEIRIA.CENTRO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS SOCIAIS, PÓLO POLITÉCNICO DE LEIRIA, LEIRIA, PORTUGAL.

Doutor em Antropologia, especialidade em Museologia e Património pelo Instituto Universitário de Lisboa. Professor na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria desde o ano 2000 e investigador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (Pólo do Politécnico de Leiria). Interesses de investigação: antropologia (do desporto, da saúde e das empresas); museologia e património; espaços transnacionais, regionais e locais; arquivos e documentos; identidades pessoais, sociais e culturais; memória social; turismo e comunidade.

E-mail: fernando.magalhaes@ipleiria.pt

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27p34-57>

RECEBIDO

20/03/2019

APROVADO

24/06/2019

A COMUNIDADE NACIONAL E O PAPEL DO PATRIMÓNIO MONUMENTAL NA ESCRITA DAS SUAS NARRATIVAS: O EXEMPLO PORTUGUÊS DE ALEXANDRE HERCULANO

FERNANDO MAGALHÃES

RESUMO

Autores e historiadores portugueses referem-se a finais do século XIV, mais concretamente 1383-1385, como início do processo de construção da comunidade nacional portuguesa. Na perspectiva de Alexandre Herculano, em 1385, pela primeira vez, o povo apoia e suporta o rei de Portugal, D. João I, mestre de Avis, contra o rei homónimo, D. João I de Castela, comungando a vitória na Batalha de Aljubarrota com o rei luso. Começaria a estar implícito nesta atitude o conceito de cidadão nacional, na medida em que há uma identificação do povo, mais do que da nobreza, com os propósitos reais. Contudo, apenas a partir do século XIX, e devido à ação do próprio Alexandre Herculano, é que se pode falar com propriedade na imaginação de uma comunidade nacional portuguesa. Herculano foi escritor e historiador, político e intelectual, tendo redigido a primeira história (científica) de Portugal, guiada na sua perspectiva pela preocupação com a veracidade dos factos. Introduziu o romance histórico e a prosa de ficção moderna em Portugal. Analisando algumas das obras de Alexandre Herculano pretendemos investigar a forma como Herculano nacionalizou alguns monumentos, constituindo-se num dos principais fundadores da nação portuguesa. Os atores dos seus romances são personagens da história portuguesa e o seu palco os principais monumentos nacionais, nomeadamente o Mosteiro de Santa Maria da Vitória e o de Alcobça, que foram sacralizados nas diversas obras herculanas. A partir da sua ação, monumentalizaram-se, nacionalizaram-se e transformaram-se esses antigos espaços religiosos em lugares de memória e berços da nação moderna portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE

Monumento. Nação. Identidade nacional.

THE NATIONAL COMMUNITY AND THE ROLE OF THE MONUMENTAL HERITAGE IN THE WRITING OF ITS NARRATIVES: THE PORTUGUESE EXAMPLE OF ALEXANDRE HERCULANO

FERNANDO MAGALHÃES

ABSTRACT

Portuguese authors and historians refer to the end of the 14th century, more specifically to the biennium 1383-1385, as the beginning of the building process of the Portuguese national community. In the Alexandre Herculano perspective, in 1385, for the first time, the people supported the king of Portugal, D. João I, “mestre de Avis”, in his battle against the king of Castile, communing with him, the victory of the Aljubarrota Battle. This battle was decisive for the maintenance of the Portuguese crown independence against the Castile kingdom. The national citizen concept would begin to be implicit in this popular attitude, to the extent that there is an identification of the people, more than of the nobility, with the king's purposes. However, it was only from the 19th century ahead, from the Alexandre Herculano writing, that we are able to discuss a Portuguese national community. Herculano was a writer and historian, having written the first (scientific) history of Portugal, guided in his perspective by the concern with the facts' veracity. He introduced the historical novel in Portugal, giving prominence to the monuments of the nation. Analyzing some of the Alexandre Herculano works we intend to research how Herculano nationalized some monuments, constituting himself as one of the main founders of the Portuguese nation. The actors of his novels are relevant people of the Portuguese history and her stage, the main national monuments, namely the Santa Maria da Vitoria and Alcobaca Monasteries, which were sacred in the various literary works of Herculano. From his action, these ancient religious spaces became monumental, nationalized and transformed into places of memory and cradles of the modern Portuguese nation.

KEYWORDS

Monument. Nation. National identity.

1 INTRODUÇÃO¹

Neste texto pretendemos discorrer sobre o papel que foi atribuído ao património cultural no processo de nacionalização do povo português. Não nos cabe, tanto, questionar as razões pelas quais foi selecionado um determinado tipo de património, material e monumental, em detrimento de outro, mas apenas observar a forma como esses objetos foram transformados, por determinados líderes do século XIX, em particular Alexandre Herculano, em monumentos de e para a nação.

Para cumprirmos os objetivos desta publicação, dividimo-la em duas partes. Numa primeira parte, denominada “A Construção das comunidades nacionais: o caso português”, iremos refletir sobre o processo internacional de construção ou de imaginação das comunidades nacionais e a forma como a construção do nacionalismo português pode ser enquadrada nos contextos teóricos nacional e internacional.

Na segunda parte, intitulada “Nação: o teatro, seus palcos e atores” refletiremos sobre a ação de Alexandre Herculano, historiador e romancista, na construção da comunidade nacional. A sua obra coloca-o na galeria das figuras mais importantes do que pode ser designado de fundadores da comunidade nacional portuguesa. Alexandre Herculano não só escreveu

1. Este artigo está escrito conforme a norma do Português Europeu (nota do editor).

a primeira história de Portugal, evidenciando preocupações científicas, nomeadamente com a veracidade dos factos, como foi o introdutor do romance histórico e da prosa de ficção moderna em Portugal.

Através do romance e da escrita da história medieval portuguesa, o autor dá palco ao teatro, os monumentos à nação, sendo seus atores cidadãos nacionais. Nas suas obras estão presentes o clero, a nobreza, mas também o povo, considerado por Herculano como o elemento fundamental para o nascimento da nação, perante as muitas hesitações do clero e da nobreza no apoio dado a D. João I durante as suas batalhas contra Castela, entre 1383 e 1385. Enquanto historiador, dá proeminência aos monumentos góticos do centro do país, que serão por ele transformados em berços da nação, nomeadamente o Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha) e o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Enquanto o primeiro, representando um gótico tardio, começou a ser edificado em 1385, por ordem de D. João I, como agradecimento à Nossa Senhora pela vitória contra os castelhanos na Batalha de Aljubarrota, o segundo era casa de uma poderosa ordem medieval, a cisterciense, que em muito contribuiu para o povoamento e o desenvolvimento agrícola e económico das terras que haviam sido conquistadas aos muçulmanos, quando da formação do reino, ao longo dos séculos XII e XIII.

2 A CONSTRUÇÃO DAS COMUNIDADES NACIONAIS: O CASO PORTUGUÊS

Ao longo dos dois últimos séculos, a organização do espaço mundial em nações, enquanto comunidades modernas de socialização e de enculturação, tem despertado o interesse de vários investigadores das ciências sociais. De entre estes, citamos *Nations before nationalism* (1982), de J. A. Armstrong, *Nationalism and the state* (1982), de John Breuilly, *Nations and nationalism* (1983), de Ernest Gellner, *Social preconditions of national revival in Europe* (1985), de Miroslav Hroch, *The ethnic origins of nations* (1986), de Anthony Smith, *Nationalism thought and the colonial world* (1986), de P. Chatterjee, e *Nations and nationalism since 1788* (1990), de Eric Hobsbawm. Todas estas obras constituem parte do importante acervo reflexivo que se tem produzido relativamente aos conceitos de nação e de nacionalismo no campo internacional. Acrescentaríamos, ainda, *Nações e nacionalismo numa era global* (1999 [1995]) de Anthony Smith, a obra de Benedict Anderson, *Comunidades*

imaginadas (2005 [1983]), e *Nationalism* (1998), de Ernest Gellner, como três das reflexões fundamentais de finais do século XX, relativamente aos conceitos supracitados.

A asserção de que o conceito de comunidade nacional é recente é comum a todos os autores citados. O aparecimento das nações, enquanto formas de comunidade moderna, teve o seu início entre os séculos XVIII e XIX, tendo a sua consolidação vindo a prolongar-se pelas centúrias seguintes. O epicentro do desenvolvimento desta nova “forma de comunidade foi o continente americano” (ANDERSON, 2005, p. 17, 19), verificando-se a sua expansão na Europa, praticamente, em simultâneo.

Anderson (2005) define a nação como uma “comunidade política imaginada, e que é imaginada ao mesmo tempo como intrinsecamente limitada e soberana”. As nações constituem comunidades culturalmente construídas e por isso contingentes, limitadas. Nenhuma nação, mesmo a maior de todas, se “imagina como tendo os mesmos limites da humanidade” (ANDERSON, 2005, p. 26). A imaginação decorre, segundo o autor, do facto de todos os “nacionais” não se conhecerem pessoalmente, mas terem desenvolvido uma consciência de pertença comum, em que “na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão” (ANDERSON, 2005, p. 25).

O conceito de nação foi criativamente inventado no tempo e no espaço. Quem o inventou? Quem criou a ideia de comunidade nacional e lhe deu substrato? Poderíamos responder com as elites culturais, políticas, económicas e outras que, de acordo com a sua vontade de divisão do espaço social (BOURDIEU, 1989) e a capacidade de mobilização e de aderência aos seus projetos de constituição das novas comunidades nacionais, criaram nas grandes massas populacionais um sentido de pertença comum. Foi um processo iniciado pelas lideranças que, em cada espaço e tempo específicos, criaram um conjunto de instrumentos que permitiram objetivar a ideia de nação, criando uma consciência de pertença no seio de vastas populações que jamais teriam a oportunidade de partilhar valores comuns na base de um contacto *face to face*.

O mapa, o censo ou o museu, o património cultural, um território, a “explosão” das línguas vernáculas, a imprensa, bem como a defesa de uma cultura homogénea, a constituição de nações centralizadas em capitais imponentes, que exercem a soberania sobre o restante território,

constituíram as ferramentas a partir das quais várias elites dos campos cultural ou político não só se começaram a definir como nacionais, como construíram a ideia de nação. A estas acrescentaria, ainda, o romance histórico e a criação de lugares da memória, assim como as noções de etnogénesis, apelando-se à antiguidade da nação e seus grandes feitos do passado enquanto instrumentos eficazes de construção da ideia de nação.

O caso do nacionalismo português foi estudado por Ane-Marie Thiesse, que em *La création des identités nationales*, obra dada à estampa em 1999, centraliza a sua investigação na obra de Alexandre Herculano enquanto precursor do nacionalismo em Portugal. No domínio do estudo da construção da comunidade nacional portuguesa destacam-se, ainda, Luís Reis Torgal (1984, 1989), José Mattoso (1985, 1998), José Sobral (1996, 2003), António Medeiros (2005, 2006), Rui Ramos (1994), entre outros.

José Mattoso situa a origem da nação portuguesa no século XIII, em que a fixação de fronteiras permitiu construir um espaço económico que originou a oposição “entre nacional e estrangeiro, que passou a aplicar-se não só a pessoas, mas também a coisas e mesmo à moeda” (MATTOSO, 1985, p. 194-195). A “imposição, por D. Afonso III, da sua moeda e as dificuldades criadas à circulação de outras, tudo conjugado com a definição de fronteiras económicas do reino” (MATTOSO, 1985, p. 46) permitiu definir uma área socioeconómica nacional. Ainda, segundo Mattoso, o rei D. Dinis é o grande unificador linguístico; devendo-se à sua ação em prol do desenvolvimento da língua vernácula a fortificação e consolidação das fronteiras portuguesas, ele “nacionalizou as ordens militares e adoptou o romance (língua derivada do latim) como língua oficial” (MATTOSO, 1985, p. 74). Segundo o historiador, a “consciência nacional”, ou sentimento efetivo de pertença, não possui o mesmo significado de “identidade nacional” enquanto unidade política definida por um poder sobre um espaço determinado por fronteiras e seus habitantes. Em Portugal, a identidade nacional, identificada por José Mattoso com “a nação enquanto factor objectivo”, já está definida desde os inícios do século XIII. Contudo, a consciência nacional só virá a ser difundida posteriormente, “a partir de um círculo restrito próximo do poder” (MATTOSO, 1985, p. 208-212). A democratização da identidade nacional, que precocemente se começou a definir em Portugal, ocorreu apenas em finais do século XIX (MATTOSO, 1998). Este acontecimento

foi o culminar de um processo há muito iniciado pelas elites associadas à monarquia que se “veio alargando progressivamente à burguesia e a toda a população, na modernidade” (MATTOSO, 1998, p. 15).

O historiador Luís Reis Torgal também tem desenvolvido várias investigações sobre o processo de edificação do nacionalismo português. De acordo com Torgal, a consciência nacional portuguesa desenvolveu-se na Idade Média, demonstrada “quer nas tradições populares, quer nas obras dos intelectuais” medievais (TORRAL, 1981, p. 77). De acordo com José Sobral, Torgal parece conferir ao nacionalismo português “o sentido de um sentimento etnocêntrico e a reivindicação de independência política de um reino que tem subjacente uma identidade própria, e não o de uma ideologia política posterior [...]” (SOBRAL, 2003, p. 1116).

José Manuel Sobral, historiador e antropólogo, advoga, por seu lado, um marcado etnocentrismo entre os portugueses, elites e camadas populares, que se manifestou e construiu as suas bases na xenofobia e ódio aos castelhanos/espanhóis (os outros mais próximos de nós e com quem definimos fronteiras), atingindo este sentimento o seu mais alto grau durante o reinado filipino (séc. XVI e XVII), em que Portugal, integrado no reino de Espanha, fora dominado pelos Filipes, reis de Espanha. Este etnocentrismo pronuncia-se em sentimentos de pertença comum ou na partilha da identidade do nós em relação aos outros. A identidade nacional “estaria vinculada à ideia de uma co-naturalidade (portugueses), ao reconhecimento de uma ligação tida como natural e inquestionável entre território, língua, habitantes, nomes – Portugal, portugueses –, um rei” (SOBRAL, 2003, p. 1116). Para este investigador, também a nação portuguesa tem a sua

emergência histórica no período medieval de uma entidade com características próprias – como nome da entidade e dos habitantes, uma dinastia nativa, língua e território. Surgem as primeiras manifestações de identificação com esse colectivo; b) elaboração pelas elites de narrativas referentes a essa entidade, nomeadamente a partir do século XVI, onde se procuram objectivar características nacionais. Estuda-se e codifica-se a língua [...]. Divulgam-se mitos de ascendência, como a inserção dos portugueses na linhagem de Noé [...]. Elaboram-se narrativas míticas sobre o reino de Portugal e os portugueses; b) difusão e inculcação das representações intelectualizadas da nação, produzidas logicamente por uma minoria [...] (SOBRAL, 2003, p. 1117-1119).

Sobral determina o aparecimento de uma entidade política identificável com a nação no período medieval, procurando posteriormente a construção de uma unidade cultural assente numa língua comum, ou na génese do “português como língua distinta e específica dos habitantes do reino” (SOBRAL, 2003, p. 1119). Essa língua “é o antigo galaico-português do Norte transformado entre a Idade Média e o século XVI por efeito do substrato dos falares moçárabes do Sul” (TEYSSIER, 1991, p. 17).

Apenas a partir do século XIX, em particular com o aparecimento das “línguas de imprensa nacionais” (ANDERSON, 2005, p. 103), é que elites culturais portuguesas, tais como Alexandre Herculano, se empenharam na utilização e divulgação por toda a população da língua portuguesa, atribuindo-lhe uma importância renovada. Esta passa a ser a língua definitivamente utilizada na escrita de documentos oficiais e em toda a literatura, sendo também o idioma divulgado pela imprensa nacional. Impressa a uma escala sem precedentes, a língua tornou-se menos variável e “outorgou um sentido de continuidade à nação, objectivada como colectivo que existe no tempo” (SOBRAL, 2003, p. 1069).

A impressão massiva de livros, jornais e revistas, na língua nacional, permitiu construir comunidades de falantes detentores de uma consciência de pertença, à comunidade nacional, conjunta. A determinação da língua vernácula como língua nacional contribuiu também para “a construção da imagem de antiguidade que é tão central na noção subjetiva da nação” (ANDERSON, 2005, p. 72). Em Portugal, a imprensa foi decisiva para a “generalização da consciência nacional pela totalidade da população portuguesa” (MATTOSO, 1998, p. 21), particularmente a partir do século XIX até à atualidade.

A língua foi não só um instrumento *per se* de união entre toda a comunidade, como, através dos documentos impressos, levou a população de vastos territórios a ter consciência da sua herança comum. E esta herança manifestou-se através da sacralização do que havia sobrevivido ao passado, e que seria transformado em monumentos da nação e símbolos pátrios. Tanto os registos escritos medievais como os seus legados em objetos materiais móveis e imóveis se transformaram em testemunhos vivos do passado da comunidade. Através da escrita divulgam-se e constroem-se categorias como as paisagens nacionais (MAGALHÃES, 2012, 2016, 2017)

ou os patrimónios nacionais, sendo-lhes atribuída a capacidade de despoletarem em toda a população um sentimento de pertença comum que conduziria à construção da identidade nacional. Antigas igrejas, catedrais, casas senhoriais, mosteiros, pinturas, alfaias religiosas e demais objetos religiosos e civis são colocados ao serviço da construção da nação pelas lideranças comunitárias.

3 NAÇÃO: O TEATRO, SEUS PALCOS E ATORES

Tal como refere Benedict Anderson (2005), a comunidade nacional foi um projeto imaginado, sobretudo pelas elites românticas do século XVIII-XIX. Nos seus projetos de construção da ideia de nação, utilizaram determinados objetos, que não só serviram de material mas também de metáfora da objetivação de sentimentos de pertença a uma mesma comunidade por parte de milhares ou milhões de indivíduos. Os monumentos, os museus, as línguas vernáculas, o património cultural etc. (SMITH, 1997, 1998; ANDERSON, 2005) constituíram alguns desses elementos que permitiram materializar os sentimentos de pertença às comunidades nacionais.

Em todo este processo distinguimos, no caso português, as elites culturais, políticas, económicas que foram fundamentais na definição da comunidade nacional, na medida em que iniciaram um

movimento para definir elementos de uma cultura nacional portuguesa, mas a existência da realidade nação era inquestionável. Esse movimento detecta-se na tentativa de construção de uma literatura nacional portuguesa, na recolha de uma literatura oral popular tradicional – como sucede na obra de um Garret, nas produções literárias e dramáticas e no Romanceiro (SOBRAL, 2003, p. 1106).

Neste sentido, iremos concentrarmo-nos sobretudo na figura de Alexandre Herculano, um dos maiores, senão mesmo o maior dinamizador do nacionalismo português. Alexandre Herculano de Carvalho Araújo (1810-1877) nasceu em Lisboa, em 28 de Março de 1810. A sua juventude foi marcada pelas lutas liberais, iniciadas em 1828, como reação à dissolução das Cortes e à revogação da Carta Constitucional pelo rei D. Miguel I. Em 1831, na sequência do seu envolvimento na revolta do regimento de cavalaria 4, que as forças miguelistas conseguiram sustentar à custa de muito sangue,

Herculano exilou-se em França, regressando dois anos depois. Integrou o exército liberal que, sob o comando do rei D. Pedro, desembarcou nas praias do Mindelo e marchou para o Porto, onde acabou sitiado pelas forças miguelistas (BONIFÁCIO, 1982; VARGUES, 1989).

Aos 23 anos, em 17 de julho de 1833, Alexandre Herculano é nomeado segundo bibliotecário da Real Biblioteca Pública do Porto, por “ser conhecedor das principais línguas e de Diplomática e também por ter já trabalhado voluntariamente em várias bibliotecas “abandonadas” [...] Como era natural nesse tempo, contava também o passado liberal dos candidatos” (CABRAL, 2013, p. 136). Durante este período desenvolve uma intensa atividade inerente às suas funções, acabando por pedir a demissão em 1836, por, “na sequência da Revolução de Setembro, ter sido chamado a jurar a Constituição de 1822, o que contrariava idêntico ato face à Carta Constitucional, três semanas antes” (CABRAL, 2013, p. 138). Liberal moderado, ou cartista, era contra os liberais radicais, conhecidos como setembristas, de modo que teve uma forte reação à Revolução de Setembro de 1836, recusando-se, portanto, a jurar a Constituição liberal de 1822, que se manteve até Março de 1838, e foi prosseguida pelos setembristas. Desenvolveu uma vasta obra literária, publicando sob anonimato *A voz do profeta* (1836), manifesto político contra as opções radicais dos setembristas. Foi redator principal de *O Panorama: Jornal Litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Entre janeiro e maio de 1838 acumulou essa função com a de diretor do *Diário do Governo*.

Em 1839, foi nomeado diretor das bibliotecas reais da Ajuda e das Necessidades. Nos anos subsequentes (1840 e 1841) manteve atividade política mais direta. Eleito deputado pelo Partido Cartista, fez parte da “comissão de instrução pública”.

Relegando a atividade política para segundo plano, Alexandre Herculano é assumido como o maior precursor do romance histórico em Portugal. Historiador, político e romancista, desenvolveu toda a sua ação literária e científica em prol da construção e da afirmação de uma comunidade imaginada nacional portuguesa. Como refere Maria Helena da Cruz Coelho (2011, p. 62),

Herculano, um romântico e um liberal, comungava dos ideais de convergência num projecto de educação nacional, travejado pela história,

aliada à literatura e à moral, que visasse formar as gerações no amor da Nação, que se queria assente em bases representativas. Logo, o apelo às origens, buscando a “alma nacional” nos costumes, na cultura popular, nos monumentos, na história, fundamentava o compromisso com um grande movimento nacionalizador.

Alexandre Herculano compôs a primeira *História de Portugal*, em quatro volumes, publicados entre 1846 e 1853, no sentido moderno-científico do termo e introduziu o romance histórico no país, no século XIX. Demonstrava uma preocupação constante com “uma história objectiva, imparcial, descomprometida de preconceitos e ideologias, que lhe exigiam, para alcançar a verdade, o conhecimento e a crítica das fontes, que transformava os ‘monumentos’ em documentos históricos” (COELHO, 2011, p. 63).

Advogando o nascimento da nação portuguesa, em contraste com o reino medieval, no século XIV e na batalha de Aljubarrota, os palcos privilegiados de Herculano situam-se nos mosteiros góticos medievais, de Alcobaça e de Santa Maria da Vitória (mais conhecido por Mosteiro da Batalha), onde ocorreu tal batalha, em 1385. Neste lugar, agora transformado em memória, a vitória dos portugueses sobre os castelhanos marca o nascimento da nação moderna. Da sua atividade como historiador ressaltam ainda *Cartas sobre a história de Portugal* (1842) e *Apontamentos para a história dos bens da Coroa e forais* (1843-1844).

Alexandre Herculano foi um dos maiores símbolos da associação do romance histórico à escrita da história da nação portuguesa. Como refere Anne-Marie Thiesse (1999, p. 136), Herculano, “para além de consagrar numerosos romances aos conflitos políticos e sociais da Idade Média Nacional, redige a primeira grande História de Portugal”. Os seus romances relatam acontecimentos históricos ou mitológicos que tiveram como tela os grandes monumentos portugueses. Neste sentido, Alexandre Herculano constitui um dos principais edificadores e consolidadores da cultura nacional portuguesa, no século XIX. Através dos seus romances produziu imagens icónicas, capazes de incorporar o conceito da comunidade imaginada nacional, com o seu berço nos Mosteiros de Alcobaça, e sobretudo no de Santa Maria da Vitória.

De entre os romances herculanos destacam-se *O bobo*, publicado em 1843, o *Eurico, o presbítero* e *O pároco da aldeia*, que foram dados à estampa em 1844 e 1825, respetivamente, *O monge de Cister*, editado pela primeira vez em 1848, e *Lendas e narrativas*, publicado em dois volumes, em 1851. No romance *O monge de Cister*, Herculano transforma o Mosteiro de Alcobaça no palco do “teatro”, na medida em que o apoio dado ao futuro rei D. João I, de Portugal, de um dos monges que habita este lugar, nas batalhas reais, em particular na batalha de Aljubarrota, contra D. João I de Castela, será determinante para a manutenção da independência do reino de Portugal e o início da construção da nacionalidade portuguesa.

Contextualizando, a ordem de Cister estabeleceu-se em Portugal, pouco depois de ter sido fundada, em 1098, por Alberico, ao qual se juntaram Roberto e Estevão de Harding, que discordando dos excessos e do “desleixo” dos beneditinos da abadia de Molesme, França, “conjuntamente com vinte e um monges abandona Molesme e funda uma nova casa em Citeaux (Cister), perto de Dijon.” (ROSA, 2007, p. 143). Advogando uma “extrema simplicidade tanto na liturgia como no desenho dos seus mosteiros, concebidos segundo uma enorme humildade e austeridade” (ROSA, 2007, p. 143), para que não se desviasse o olhar da oração, esta ordem atinge o seu apogeu com Bernardo de Claraval, que em 1115 mandou fundar o mosteiro de Claraval, que viria a tornar-se o mais importante da ordem. Os primeiros monges cistercienses portugueses vieram de França, da região de Borgonha, no século XII, e tiveram um grande suporte por parte dos diversos reis portugueses, como ilustra Alexandre Herculano em *O monge de Cister*, ao referir que “fora Fr. João d’Ornellas (abade do mosteiro de Alcobaça), quando simples monge de Alcobaça, esmoler d’el rei D. Fernando, e, protegido por este monarca” (HERCULANO, 1851, p. 138), tendo-se constituído numa importante ordem religiosa portuguesa. Foi-lhes incumbida a construção de

um mosteiro, de povoar e explorar os territórios recém-conquistados aos sarracenos, provinham da Borgonha. Naturalmente as técnicas e as práticas, bem avançadas nos domínios da agricultura e da construção, eram decorrentes dos que se praticavam na região destes (ROSA, 2007, p. 147).

As trocas culturais entre povos europeus foram intensas ao longo da Idade Média, tendo as ordens religiosas desempenhado um importante

papel na reconquista portuguesa e na manutenção da independência do reino, legando vastos edifícios monumentais que viriam a constituir a “matéria prima” da fundação da nação, alguns séculos depois.

À medida que os reis iam conquistando o território aos mouros, ofereciam essas terras às ordens religiosas e aos nobres, que ficavam incumbidos do seu povoamento e do estabelecimento nelas de novos comportamentos culturais, desta feita cristãos que propagavam as suas crenças pelo território, reorganizando-o, da mesma forma, sob o ponto de vista económico. O mosteiro dos cistercienses acabaria por ser construído em Alcobaça em 1153. Apesar de possuir algumas diferenças em termos de espaço construído, o Mosteiro de Alcobaça segue as orientações das construções cistercienses inspiradas por Claraval. Fruto das dinâmicas do tempo, da globalização e da emergência dos Estados-nação, este é considerado monumento nacional desde 1910, encontrando-se inscrito na lista de Património da Humanidade desde 1989.

Num quadro em que nobres e clérigos ora apoiam D. João I de Castela, ora se viram para o mestre de Avis, em Portugal, de acordo com os seus interesses, o abade de Alcobaça, que no início tomara o partido do rei de Castela, acaba por se voltar contra ele, apoiando o mestre de Avis, o futuro rei D. João I de Portugal. Como refere Herculano,

Do número dos irresolutos foi a princípio o abade de Alcobaça, que, senhor de quinze vilas e de dois castelos, e fronteiro de quatro portos de mar, seria sem dúvida aliciado por ambos os partidos contendores para se unir a eles. De um documento, mandado exarar em abril de 1385 pelo arcebispo de Braga D. Lourenço, se vê que o reverendo abade favorecera el rei de Castela, prestando-lhe abundantes vitualhas para o seu exército, quando viera sobre Lisboa. É certo, porém, que quando se deu a batalha de Aljubarrota, ele mandou seu irmão Martim d’Ornellas, com um bom troço de gente, em socorro do Mestre de Aviz, pelo qual se havia formalmente declarado nas cortes de Coimbra, celebradas pouco antes, e em que o Mestre fora proclamado rei (HERCULANO, 1859 [1848], p. 115-116).

A partir da ação de um monge cisterciense que habita o mosteiro alcobacense, Alexandre Herculano analisa, portanto, o quadro político e social português do tempo de D. João I e, em particular, as lutas sociais e políticas que se debateram no seu reinado, sendo que o apoio dado pelo

monge de Alcobaça foi determinante para o aumento do prestígio e da importância que a Ordem de Cister já gozava em Portugal.

Desde então este poderoso vassalo da coroa, que antevira o triunfo provável da causa da nacionalidade e da independência portuguesa, ganhou na corte de D. João I notável importância e valia, maior porventura da que tivera como simples abade de Alcobaça, se muitos fidalgos principais não houvessem seguido a bandeira do rei castelhano. Ou fosse que o Mestre de Aviz quisesse cumprir as promessas feitas para tornar D. João d'Ornellas seu parcial, ou fosse, como se diz, que o movesse um sentimento de gratidão, é facto que concedeu a esse homem, a um tempo frade alcaide-mor fronteiro, privilégios extraordinários. Servido por pagens e escudeiros nobres, D. João d'Ornellas convertera a veneranda e tranquila mansão dos monges de Alcobaça em alcaçar de rico-homem. Acompanhavam-no em suas viagens cavaleiros e homens d'armas, cujos foros e regalias corriam parelhas com os d'aqueles que serviam e acompanhavam o próprio D. João I. A grandeza e luxo do sacerdote-cavaleiro era objecto de geral admiração e inveja, a ponto de haver, até, quem dissesse que tal maneira de vida desdizia o que quer que fosse dos preceitos do evangelho, e não se casava exactamente com a regra monástica de S. Bento, patriarca não só dos monges negros ou beneditinos, mas também dos brancos ou cistercienses (HERCULANO, 1859 [1848], p. 116-117).

Este apoio garantiu aos cistercienses um lugar de relevo no quadro político-social do primeiro reinado posterior à restauração da independência. Por outro lado, a vitória de D. João I de Portugal na batalha de Aljubarrota esteve na origem da construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, da instalação da ordem dominicana na região de Leiria, e na origem do atual concelho da Batalha. Este mosteiro, também classificado como monumento nacional em 1910 e Património da Humanidade em 1983, marca, de facto, nas palavras de Alexandre Herculano, a fundação da nação portuguesa. A ordem Dominicana foi fundada em Toulouse, em França, no ano de 1216, por São Domingos de Gusmão, sacerdote nascido em Caleruega, Castela, a 24 de junho de 1170, tendo-se efetivado a sua chegada a Portugal no início da centúria seguinte. O seu primeiro convento, em terras lusas, foi fundado pelo “Frei Soeiro Gomes, em 2017, discípulo de São Domingos.

Este teria sido enviado com o objetivo de estabelecer o primeiro núcleo da recém formada Ordem. Primeiramente, teriam recebido, por doação da Infanta D. Sancha, em 1218, uma ermida na Serra de Montejunto, perto de Alenquer” (NASCIMENTO, 2014, p. 136-137).

Os dominicanos operaram uma intensa atividade política, sendo a sua proximidade às sucessivas casas reais uma constante; portanto, o destino que o reino de Portugal haveria de tomar, nomeadamente após a batalha de Aljubarrota, em muito fora determinado por esta ordem religiosa. Como refere Saul António Gomes (2009, p. 263-264), os dominicanos assumem, desde os seus primórdios em terra portuguesa, uma clara disponibilidade para a intervenção em matéria política e também para a intermediação de conflitos jurídico-forenses. De forma ainda mais intensa que os cistercienses, os dominicanos assumiram uma posição de apoio ao rei D. João I de Portugal, na batalha de Aljubarrota, facto que acabaria por lhes trazer grandes privilégios e riquezas. É assim de destacar a

enorme relevância histórica as posições [que] os sucessores de S. Domingos [assumiram] na causa do Mestre de Avis. Encontraremos presentes ao auto de eleição e proclamação do Rei D. João I, lavrado em Coimbra, a 6 de Abril de 1385, os pregadores Fr. Lourenço Lampreia e Fr. Domingos de Aveiro, assim se assinalando a activa presença de membros da Ordem na causa portuguesa no contexto da Crise de 1383-1385 (GOMES, 2009, p. 264-265).

O Mosteiro de Santa Maria da Vitória, mais conhecido por Mosteiro da Batalha, “resultou do cumprimento de uma promessa feita pelo rei D. João I, em agradecimento pela vitória em Aljubarrota, batalha travada em 14 de agosto de 1385, que lhe assegurou o trono e garantiu a independência de Portugal” (MOSTEIRO DA BATALHA, 2019). A sua doação à ordem de São Domingos, em finais do século XIV, por D. João I, demonstra não só a influência dos dominicanos junto do rei – como a atribuição àquela ordem de tantos privilégios – mas acaba por contribuir para uma ainda maior ascensão de poder e riqueza por parte dos dominicanos. Como refere Saúl António Gomes (2009):

D. João I, aliás, como liberal senhor que gostava de retribuir serviços e lealdades, cumularia a vigararia portuguesa da Ordem de consideráveis

benefícios, como podemos avaliar muito bem pelo facto deste monarca lhes ter doado o Mosteiro da Batalha e o de Benfca e de, em 1418, se estabelecer canonicamente a Província Portuguesa da Ordem, assistindo-se, desde então e por toda a Centúria de quatrocentos, a uma multiplicação das fundações dos Pregadores dentro do Reino e mesmo em território luso-magrebino.

No preâmbulo da doação aos frades de S. Domingos do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, em 4 de Abril de 1388, declara D. João I, num significativo elogio tradutor de uma complexa e sensível adesão à estética própria da liturgia e da espiritualidade dominicanas medievais portuguesas, ter tomado tão generosa opção:

“Por honrra da Virgem Maria nosa defensor e destes regnos consirando as muitas e stremadas graças que do seu Filho bento a rogo della sempre recebemos assy em guarda do nosso corpo como em exalçamento dos dictos regnos e em as guerras e mesteres em que somos poostos specialmente na batalha e campo que ouvemos com os castellâaos dando nos delles victoria maravilhosa mais por a sua misericordia que por os nossos merecimentos, preposemos em relenbrança de beneficios per ella recebidos de edificar e mandar fazer casa de oraçam em a qual honrra e louvor da dicta Senhora se faça serviço a Deus a qual de feyto ja mandamos começar a par da Canueira porque segundo Deus e verdade os frades pregadores da hordem de Sam Domingos som mui devotos em ella assy por as suas obras como pollo abito que de suas mãaos receberam e som outrossy merecedores de todo bem e mais que a nosso Senhor e a dicta Senhora sua madre servem em cada huum dia e saberam servir ao diante, rogando a elles por nos e pollos dictos regnos [...]” (GOMES, 2009, p. 265).

A extinção das ordens religiosas em 1834, e a nacionalização dos bens outrora pertença do clero, irão determinar a metamorfose do valor simbólico tanto do Mosteiro de Alcobaça como do de Santa Maria da Vitória. Construídos num tempo em que a religião era a instituição central da sociedade, tiveram um valor de uso, na medida em que eram casas de

Deus, albergando os religiosos que faziam a ponte entre o mundo terreno e o mundo divino. A par de muita destruição e abandono, vários destes mesmos bens materiais acabariam por ser nacionalizados e transformados em ícones materiais da comunidade nacional. No que diz respeito ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória, a ação de Alexandre Herculano veio a determinar a sua transformação em património cultural da nação, na medida em que ele será o palco principal da ação retratada nos seus romances históricos, e tido por Herculano como elemento fundamental do nascimento da nação.

O Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, constituiu o elemento central da obra herculana *Lendas e narrativas*. Constituída por dois volumes compostos por vários textos que abarcam o período histórico português situado entre o século VIII e 1535, é sobretudo no texto “A abóbada” que o autor transforma o valor do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, considerando-o símbolo do início da nacionalidade portuguesa.

Os mosteiros de Santa Maria da Vitória (Batalha) e de Alcobaça, ao transformarem-se em palcos da ação literária herculana, são por um lado promovidos a ícones, na formação da consciência nacional, ao mesmo tempo que projetam o estilo gótico como berço dessa mesma nacionalidade. A materialidade dos mosteiros projeta a alma da nação portuguesa. Em “A abóbada”, um dos textos do livro *Lendas e narrativas*, tomo 1, Herculano refere que

para entender o pensamento do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, cumpre ser português; cumpre ter vivido com a revolução que pôs no trono o Mestre de Avis; ter tumultuado com o povo defronte dos paços da adúltera [...]; ter pelejado nos muros de Lisboa; ter vencido em Aljubarrota. Não é este edifício obra de reis [...], mas nacional, mas popular, mas de gente portuguesa, que disse: não seremos servos do estrangeiro e que provou seu dito (HERCULANO, 2013 [1851], p. 353).

Referenciado como “o grande monumento da independência e da glória desta terra” (HERCULANO, 2013 [1851], p. 390) ou o “monumento da glória dos nossos” (HERCULANO, 2013 [1851], p. 354) – nós, os cidadãos portugueses, por relação a eles, os castelhanos, aos quais se vendeu a “adúltera”, a rainha D. Leonor Teles (HERCULANO, 2013 [1851]) – emerge assim como um símbolo de materialização do sentimento subjetivo de pertença à comunidade nacional. Por outro lado, neste breve trecho do conto de Herculano

surge outra característica fundamental para a construção da comunidade nacional, que é a ideia de cidadania, tão presente no discurso dos românticos. O romance histórico transforma o monumento num testemunho dos grandes feitos da gente portuguesa e não do rei. À sua sombra, todos os portugueses são iguais (SMITH, 1997).

As lutas contra Castela, na Idade Média, constituem referenciais espaço-temporais no processo de categorização da identidade nacional, referido por José Mattoso (1998). Na sua perspectiva, as guerras contra Castela no século XIV ou já com Espanha, em 1640, envolveram toda a população cidadã, que chegou a ser mais patriota do que muitas vezes a elite minoritária, movida por interesses pessoais. Como referiu Alexandre Herculano:

Chegando à porta do mosteiro, onde o esperava já Frei Lourenço com parte da comunidade, apeou-se de um salto e, com rosto risonho e a mão no barrete, agradeceu sua cortesia e aquelas mostras de amor aos populares, que gritavam, apinhados à roda dele: «Viva D. João I de Portugal; morram os Castelhanos!», grito absurdo, mas semelhante aos vivas de todos os tempos; porque o povo, bem como o tigre, mistura sempre com o rugido de amor o bramido que revela a sua índole sanguinária. Por baixo daquelas soberbas arcadas desapareceu brevemente (HERCULANO, 2013 [1851], p. 358).

Forja-se nas lutas contra Castela, pela manutenção da independência do reino, a ideia do cidadão nacional e da categorização de cidadania, nascidos após a Revolução Francesa, com o romantismo do século XVIII. O “anticastelhanismo” contribuiu, de acordo com investigadores e escritores portugueses, tais como Fernão Lopes, que se refere aos castelhanos, no século XV, como “uma nação contrária”, para o desenvolvimento e a afirmação de sentimentos de pertença comum, no que passou a ser denominado de portugueses, em torno de um território comum – o português.

Alexandre Herculano dedica grande parte da sua obra ao papel heroico de D. João I na restauração da independência do reino, bem como à construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, seus obreiros e população nacional nele implicada, de tal forma que fabrica a memória do passado, inscrevendo-a na materialidade dos monumentos. Os discursos acerca da nação passam, portanto, pela apropriação dos objetos e pela sua

transformação em herança coletiva nacional, legado dos ancestrais, transformados em heróis fundadores da nação.

Outro historiador romântico, Oliveira Martins, também coloca as raízes históricas da nação na batalha de Aljubarrota, ou melhor, no espaço que compreende o centro litoral do país, entre Lisboa e Coimbra, referindo que enquanto as guerras entre portugueses e castelhanos se prolongaram “pelas províncias afastadas; [...] Lisboa, Coimbra e todo o centro do país eram, já em 1385, pelo Mestre. Os últimos actos da revolução iam consumir-se: as cortes de Coimbra e a batalha de Aljubarrota” (MARTINS, 1882, p. 154).

A ação de Herculano vai para além da sacralização do Mosteiro de Santa Maria da Vitória enquanto berço da nação portuguesa, tanto na sua escrita da *História de Portugal* como nos seus romances históricos. Do seu labor, e inspirado na obra *Monumenta Germaniae Historica*, de Stein, cujo primeiro volume saiu em 1826, Herculano deu origem à obra *Portugaliae Monumenta Historica*, então publicada pela Academia de Ciências de Lisboa entre 1856 e 1917. Esta coletânea, composta por cerca de 21 livros, em 2 volumes e vários fascículos, abrangendo desde o século VIII até o século XVI, resultou do levantamento da documentação histórica e antropológica, que efetuou entre os anos de 1852 e 1853, entre a maior parte das mais importantes instituições religiosas do país, então detentoras de grande parte de documentação respeitante ao Reino medieval. Enquanto bibliotecário no Porto, foi responsável pela incorporação de espólio valioso na Real Biblioteca Pública do Porto, a quando da nacionalização dos bens das ordens religiosas, em 1834. Foram suas funções, de acordo com Luís Cabral (2013, p. 137-138):

- a) Colaboração nos procedimentos não só de incorporação de livrarias de ordens religiosas, como de sequestro de bibliotecas particulares.
- b) Seleção das peças mais importantes para a RBPP (ex. Tibães e Santa Cruz de Coimbra).
- c) Inventariação dos manuscritos, tarefa esta partilhada com o 1º Bibliotecário, como atestam a numeração e rubricas “And.” [Andrade] e “Ar.º” [Araújo]. Terá sido, provavelmente, este estudo que permitiu a Herculano, passados vinte anos, fazer a seleção dos manuscritos que foram chamados à Academia.
- d) Catalogação, não só de impressos como sobretudo de manuscritos, feita em verbetes. Em outubro de 1835, a Biblioteca vai solicitar à

Câmara livros em branco para, de acordo com as grandes classes, se passarem a limpo “os catálogos alphabeticos, que estão prompts na sua 1ª forma de bilhetes”

e) Classificação que permitiu organizar a nova biblioteca de acordo com o sistema de Brunet, como consta do documento inédito aqui hoje exposto. Também neste particular houve a preocupação de compaginar o Porto com o que de melhor se praticava lá fora.

f) A vistoria, efetuada no final do ano de 1832, por ordem do Prefeito do Douro, Manuel Gonçalves de Miranda, ao edifício do Convento de Santo António da Cidade, revestiu-se de grande importância. A comissão era composta por Diogo de Góis Lara de Andrade, por Alexandre Herculano e pelo Arquitecto da Cidade, Joaquim da Costa Lima Sampaio. Desse trabalho resultou a decisão, de larga visão de futuro, de instalar, definitivamente, mas não sem alguma oposição da Câmara, no convento franciscano a Biblioteca Pública e o Museu.

Alexandre Herculano divide a sua *Portugaliae Monumenta Histórica* em 3 grandes divisões: A – Monumentos narrativos, B- Legislação e Jurisprudência e C – Diplomas e Actos públicos privados (HERCULANO, 1857, p. VII, VIII). Trata-se de uma extensa obra que reúne um grande número de narrativas sobre testemunhos da vida cultural portuguesa entre os séculos VIII e XIV, suas produções materiais, mas também imateriais.

A obra *Portugaliae Monumenta Histórica*, por si mesma merece um estudo aprofundado no futuro e a respetiva publicação, visto tratar-se de uma das mais significativas coletâneas de documentos e de testemunhos medievais da história de Portugal.

4 CONCLUSÕES

As condições que propiciaram o aparecimento das nações e dos nacionalismos modernos verificaram-se desde muito cedo no território português. Historiadores, antropólogos e investigadores de várias outras áreas do saber convergem para o século XIV, e seguintes, como períodos em que se começaram a delinear essas condições. A posição geográfica de Portugal, na Europa, a ancestralidade da definição das fronteiras do reino, o cultivo da língua e de costumes próprios, o património cultural de séculos e a

identificação do povo com o seu rei explicam, para as lideranças nacionais, a construção da comunidade nacional portuguesa.

A construção da nação, a definição de um espaço nacional, reunindo milhares de pessoas sobre um mesmo teto, começou por ser uma realização proveniente dos desejos de um corpus de intelectuais de onde se destacou Alexandre Herculano. A escrita da primeira história de Portugal “científica”, a introdução e adaptação ao contexto português do romance histórico, permitindo a divulgação da língua portuguesa, e sobretudo a transformação e nacionalização de certos objectos em património, permitiram construir e expandir na população o sentimento de pertença nacional.

De início restringida a determinadas lideranças, a consciência nacional foi-se ampliando à população em geral, através de um manancial de objetos materiais e imateriais que, tal como o património monumental, foram determinantes para a construção da comunidade nacional portuguesa. Este foi um processo efetivo que conduziu à identificação dos habitantes do território português com os seus monumentos, em particular com os mosteiros de Santa Maria de Alcobaça e de Santa Maria da Vitória, situado na vila da Batalha.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Lisboa: Edições 70, 2005 [1983].

ARMSTRONG, John. *Nations before nationalism*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1982.

BONIFÁCIO, Maria. A revolução de 9 de Setembro de 1836: a lógica dos acontecimentos. *Análise Social*, Lisboa, v. 18, n. 71, p. 331-370, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BREUILLY, John. *Nationalism and the state*. Manchester: Manchester University Press, 1982.

CABRAL, Luís. Alexandre Herculano e a Real Biblioteca Pública do Porto: um caso exemplar. In: MARINHO, Maria; AMARAL, Luís; TAVARES, Pedro (Coord.). *Revisitando Herculano no bicentenário do seu nascimento*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013. p. 125-146.

CHATTERJEE, Partha. *Nationalism thought and the colonial world*. London: Zed Books, 1986.

COELHO, Maria. Alexandre Herculano: a história, os documentos e os arquivos no século XIX. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, n. 42, p. 61-84, 2011.

GELLNER, Ernest. *Nations and nationalism*. Oxford: Blackwell, 1983.

- GELLNER, Ernest. *Nationalism*. London: Phoenix, 1998.
- GOMES, Saúl. Os dominicanos e a cultura em tempos medievais: o caso português. *Biblos*, Coimbra, v. 7, p. 261-294, 2009.
- HERCULANO, Alexandre. *Eurico, o presbytero*. 2. ed. Lisboa: Imp. Nacional, 1847 [1844]. v. 3.
- HERCULANO, Alexandre. *Lendas e narrativas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851. t. 1.
- HERCULANO, Alexandre (org.). *Portugaliae Monumenta Histórica*. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1857. v. 1, fasc. 1. Disponível em: http://purl.pt/12270/4/cg-2698-a-13/cg-2698-a-13_item4/cg-2698-a-13_PDF/cg-2698-a-13_PDF_24-C-R0150/cg-2698-a-13_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf. Acessado em: 11 mar. 2019.
- HERCULANO, Alexandre. *Lendas e narrativas*. 2. ed. Lisboa: Casa da Viúva Bertrand, 1858. t. 2.
- HERCULANO, Alexandre. *O monge de Cister*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859 [1848]. t. 1.
- HERCULANO, Alexandre. *O bobo*. Mem Martins: Europa-América, 1878 [1843].
- HERCULANO, Alexandre. *O monge de Cister*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1977 [1848]. 2v.
- HERCULANO, Alexandre. *O pároco da aldeia: o Galego*. Amadora: Livraria Bertrand, 1978 [1825].
- HERCULANO, Alexandre. *Lendas e narrativas*. Portugal: Luso Livros, 2013 [1851]. t. 1, 2. Disponível em: <https://www.luso-livros.net/wp-content/uploads/2014/05/Lendas-e-Narrativas.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- HOBBSAWM, Eric. *Nations and nationalism since 1780*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- HROCH, Miroslav. *Social preconditions of national revival in Europe*. Prague: University of Prague, 1985.
- MAGALHÃES, Fernando. Landscape and regionalism in Portugal: the case of the Leiria region. *Journal of Contemporary European Studies*, Abingdon, v. 20, n. 1, p. 55-76, 2012.
- MAGALHÃES, Fernando. Reequacionando os monumentos: da identidade nacional à regional. In: VARGAS, Giselle Chang (coord.). *Memoria del Congreso Iberoamericano de Patrimonio Cultural: lo material y lo inmaterial en la construcción de nuestra herencia*. San José: Universidad de Costa Rica, 2016. p. 339-352.
- MAGALHÃES, Fernando. Landscape and national identity in Portugal. *Archaeologica Hereditas*, Warsaw, v. 4, p. 223-234, 2017.
- MARTINS, Joaquim. *História de Portugal*. 3. ed. Lisboa: Viúva Bertrand, 1882.
- MATTOSO, José. *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1985. v. 2.
- MATTOSO, José. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1998.
- MEDEIROS, António. Emergent iconographies: regional identity and rural icons in northwestern Iberia. *Etnográfica*, Portugal, v. 9, n. 1, p. 65-80, 2005.

- MEDEIROS, António. *Dois lados de um rio: nacionalismo e etnografias na Galiza e em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- MOSTEIRO DA BATALHA. *Síntese*. Batalha, 2019. Disponível em: http://www.mosteirobatalha.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=172&identificador=bt121_pt. Acesso em: 5 mar. 2019.
- NASCIMENTO, Renata. Os frades dominicanos e o Mosteiro da Batalha: fontes para uma reconstituição histórica. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 7, n. 2, p. 132-143, 2014.
- RAMOS, Rui. A segunda fundação (1890-1926). In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, v. VI, 1994.
- ROSA, Isabel. Ordem de Cister: Bernardo de Claraval. *ARTiTEXTOS*, Lisboa, n. 5, p. 143-148, 2007.
- SMITH, Anthony. *The ethnic origins of nations*. Gloucester: Blackwell Publishing, 1986.
- SMITH, Anthony. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- SMITH, Anthony. *Nationalism and modernism*. London: Routledge, 1998.
- SMITH, Anthony. *Nações e nacionalismo numa era global*. Oeiras: Celta Editora, 1999 [1995].
- SOBRAL, José. Nações e nacionalismo: algumas teorias recentes sobre a sua génese e persistência na Europa ocidental e o caso português. *Inforgéo*, Alverca do Ribatejo, n. 11, p.13-41, 1996.
- SOBRAL, José. A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos do caso português. *Análise Social*, Lisboa, v. 37, n. 165, p. 1093-1126, 2003.
- TEYSSIER, Paul. Langues, dialects et parlars comme elements des identities régionales (domaine portugais, galicien, brésilien et luso-africain). In: *L'Identité régionale: l'idée de region dans l'Europe du Sud-Ouest*. Paris: Éditions du CNRS, 1991. p. 17-25.
- THIESSE, Anne-Marie. *La création des identités nationales*. Paris: Seuil, 1999.
- TORGAL, Luís. *Ideologia política e teoria do estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981. v. 1, 2.
- TORGAL, Luís. Acerca do significado sociopolítico da revolução de 1640. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, n. 6, p. 301-319, 1984.
- TORGAL, Luís. *História e ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989.
- VARGUES, Isabel. A fé política liberal. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 11, p. 277-355, 1989.